

**PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CRENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão Universitária / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

**METODOLOGIA:** O conteúdo dos cursos de Extensão Universitária pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO:** O programa de Extensão Universitária / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas					INTERVALO				
E-books Audiobooks					INTERVALO				
Atividades/Interação					INTERVALO				
Suporte c/Tutoria					INTERVALO				
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

**SINCRONICIDADE:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

**TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

**AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO:** Nos programas de Extensão Universitária / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da

capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. **TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING:** Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. **MATERIAIS DIDÁTICOS:** Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão Universitária / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. **INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. **SOBRE A**

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO:** A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

## **ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES**

**TÍTULO DO PROGRAMA:** Nova Lei de Improbidade Administrativa

**CARGA HORÁRIA:** 60 horas

**PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO:** 8 dias.

**PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO:** 30 dias.

**OBJETIVOS GERAIS:**

### **Atualização Estratégica na Nova Lei de Improbidade Administrativa**

O cenário jurídico brasileiro exige que servidores públicos e profissionais do Direito dominem as profundas alterações trazidas pela lei número 14.230, de 2021. Este curso oferece uma imersão técnica no microsistema anticorrupção, abordando desde o fim da modalidade culposa até a exigência do dolo específico. Através de uma análise detalhada do Tema número 1.199 do STF, o aluno compreende a irretroatividade da norma e se prepara para atuar com segurança em processos de enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário.

### **Inovação Tecnológica e Provas Digitais na Gestão Pública**

A qualificação abrange o impacto da transformação digital, focando no uso de Big Data e inteligência artificial para a identificação preventiva de atos ilícitos. Profissionais que buscam destaque no mercado de trabalho aprenderão a lidar com provas em meios digitais, cruzamento de dados e os limites impostos pela LGPD no processo de improbidade. O conteúdo explora a validade jurídica da interceptação telemática e a segurança cibernética, competências essenciais para a defesa ou acusação na era da administração pública 4.0.

## Prática Jurídica Avançada e Solução de Conflitos

O diferencial deste programa reside na oficina de identificação de dolo e na simulação do Acordo de Não Persecução Cível (ANPC). O curso detalha o rito processual completo, incluindo tutelas provisórias, indisponibilidade de bens e medidas executivas atípicas. Ao estudar acórdãos recentes do STF e STJ, o aluno desenvolve uma visão crítica sobre a prescrição intercorrente e a coisa julgada. É a oportunidade ideal para servidores que visam a conformidade administrativa e advogados que buscam excelência em casos complexos de ordem urbanística e sanções civis.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

**DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:** O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, conseqüentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### PARTE GERAL: ASPECTOS INICIAIS, FONTES E SUJEITOS DA IMPROBIDADE

Introdução; Conceito; Fontes; Controle; Microsistema Anticorrupção; Lei de Improbidade Administrativa e Direito Intertemporal; O Tema 1.199 do STF e a Irretroatividade da Norma Benéfica; O Fim da Modalidade Culposa e a Exigência do Dolo Específico; Sujeito Ativo do Ato de Improbidade Administrativa; Sujeito Passivo do Ato de Improbidade Administrativa; Terceiros; Sucessores; Responsabilidades; A Responsabilidade de Agentes Políticos e a Dualidade de Regimes.

#### TIPOLOGIA DOS ATOS DE IMPROBIDADE

Atos de Improbidade por Enriquecimento Ilícito; Atos de Improbidade por Prejuízo ao Erário; Atos de Improbidade Contra os Princípios da Administração Pública; A Taxatividade do Rol do Artigo 11; Divergências sobre a Aplicabilidade de Tipos Revogados.

#### IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, ORDEM URBANÍSTICA E SANÇÕES

Introdução; Ordem urbanística do Município; Tipos de Sanções; Critérios para Aplicação de Sanções; Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade na Dosimetria.

#### PROCESSO JUDICIAL: ASPECTOS INICIAIS E PROCESSUAIS

Introdução; Legitimidade Concorrente entre o Ministério Público e a Pessoa Jurídica Interessada; Competência; Conflito de Atribuições; Petição Inicial e os Requisitos da Nova Lei; Tutela Provisória; Afastamento; Rejeição da Petição Inicial; Medidas após a Contestação; Tipificação e Princípio da Congruência; Produção de Provas; Acordo de Não Persecução Cível (ANPC); Requisitos Específicos da Sentença em Ações de Improbidade Administrativa.

#### PROCESSO JUDICIAL: FASE RECURSAL E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Introdução; Recursos; Extinção do Reexame Necessário; Conversão da Ação de Improbidade Administrativa em Ação Civil Pública; Coisa Julgada; Liquidação e Cumprimento de Sentença; Medidas Executivas Atípicas; Legitimidade Concorrente no Cumprimento; Pluralidade de Atos de Improbidade Administrativa e Unificação das Penas; Apuração do Valor do Ressarcimento e Vedação ao Enriquecimento sem Causa; Possibilidade de Parcelamento do Débito Resultante da Condenação; Afastamento da Responsabilidade Solidária; Improbidade Administrativa e Lei Anticorrupção; Custas, Honorários Advocatícios e outras Despesas.

#### MEDIDAS CAUTELARES NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Introdução; Indisponibilidade de Bens e a Demonstração do Perigo de Dano; Ordem de Preferência da Penhora; Afastamento Provisório do Cargo, Emprego ou Função.

#### PRESCRIÇÃO E COISA JULGADA

Introdução; Disposições Gerais da Prescrição Ordinária; Prescrição Intercorrente e as Causas de Interrupção; Coisa Julgada Secundum Eventum Probationis; Coisa Julgada Secundum Eventum Litis; Limitação Territorial da Coisa Julgada.

#### **APURAÇÃO E MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS**

Introdução; Instauração; Indeferimento de Requerimento de Instauração do Inquérito Civil; Instrução; Arquivamento; Recomendação; Compromisso de Ajustamento de Conduta.

#### **DECLARAÇÃO DE BENS, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DISPOSIÇÕES PENAIS**

Introdução; Declaração de Bens; Procedimento Administrativo; Disposições Penais; A Comunicação das Instâncias e a Influência da Sentença Penal na Esfera Cível.

#### **MICROSSISTEMA COLETIVO E SILÊNCIO ADMINISTRATIVO**

Introdução; Microssistema Coletivo e a Ação de Improbidade Administrativa; Aspectos Iniciais do Silêncio Administrativo; Prescrição e Decadência; Outros Fatos Extintivos; Silêncio Administrativo como Ato Administrativo (Lei nº 13.874/2019); Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e Mandado de Segurança; Aplicabilidade da Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/1992); Conclusão.

#### **TECNOLOGIA E PROVAS DIGITAIS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Uso de Algoritmos e Big Data no Controle da Gestão Pública; Cruzamento de Dados para Detecção de Enriquecimento Ilícito; Provas em Meios Digitais e sua Validade Jurídica; Quebra de Sigilo de Dados e Interceptação Telemática na Investigação de Atos de Improbidade.

#### **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E LGPD**

O Uso de I.A. na Identificação Preventiva de Atos de Improbidade; Algoritmos de Auditoria em Licitações e Contratos; Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Processo de Improbidade; Limites da Transparência Pública e a Proteção de Dados Sensíveis; Conflito entre o Dever de Publicidade e o Direito à Privacidade do Investigado; Segurança Cibernética no Tratamento de Provas Digitais.

#### **ESTUDOS DE CASOS PRÁTICOS E JURISPRUDENCIAIS**

Análise de Acórdãos Recentes do STF e STJ sobre a Lei nº 14.230/2021; Simulação de Elaboração de Acordo de Não Persecução Cível (ANPC); Estudo sobre a Retroatividade da Norma no Caso Concreto; Oficina de Identificação de Dolo Específico em Petições Iniciais; Análise de Casos Reais de Indisponibilidade de Bens e Penhora Online.